

A Geografia na Contemporaneidade

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-018-6

DOI 10.22533/at.ed.186182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia Sócioambiental”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, agroecologia, hidrografia e território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia física. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA SÓCIOAMBIENTAL

CAPÍTULO 1	1
OS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ QUANTO AO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Gislaini Souza Magdalena Paravidino Vicente Paulo dos Santos Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1861821121	
CAPÍTULO 2	14
A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA	
Emerson Ferreira da Silva Julie Mathilda Semiguem Pavinato Rafael Lucas Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821122	
CAPÍTULO 3	26
A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER	
Elder Quiuqui Crislândia Reis Brito Gilmário Almeida Valéria Pancieri Sallin Edson Rocha Santos Adão das Neves Pereira Fábio Júnior Braz dos Santos Eni Silva Santiago Celso Luiz Borges de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821123	
CAPÍTULO 4	35
A PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA	
Andréa Marcia Legnani Fernando José Martins	
DOI 10.22533/at.ed.1861821124	
CAPÍTULO 5	48
AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DA BAHIA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA QUINTA EDIÇÃO	
Anderson Souza Viana Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.1861821125	
CAPÍTULO 6	59
PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.1861821126	

CAPÍTULO 7 73

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

[Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos](#)

[Djalma Adão Barbosa Júnior](#)

[José Adolfo Iriam Sturza](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821127

CAPÍTULO 8 88

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO*

[Maya Manzi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821128

CAPÍTULO 9 99

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

[Carlos Marcelo Maciel Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821129

CAPÍTULO 10 113

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO TEMPORAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRAFICA DO CORREGO SÃO MATEUS INFLUENCIADA PELO ATERRO SANITÁRIO SALVATERRA E PELO DISTRITO INDUSTRIAL PARK SUL

[César Henrique Barra Rocha](#)

[Sanderson dos Santos Romualdo](#)

[Hiago Fernandes Costa](#)

[Bruna Helena Coelho Pereira](#)

[Thiago Willian Lemos Fernandes](#)

[Leonardo Pimenta de Azevedo](#)

[Ana Carolina Nascimento Leão](#)

[Amanda de Sousa](#)

[Antoine Philippe Casquin](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211210

CAPÍTULO 11 130

OS FATORES NATURAIS, O USO, A CHUVA E A ENCHENTE NO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS-GO EM 2001.

[Adriana Aparecida Silva](#)

[Maria Gonçalves da Silva Barbalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211211

CAPÍTULO 12 140

GEOGRAFIA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A EXPANSÃO DOS HIDRONEGÓCIOS EM MATO GROSSO

[Ivan de Sousa Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211212

CAPÍTULO 13	155
GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	
Leandro Vieira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.18618211213	
CAPÍTULO 14	171
MORFOMETRIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E SUA RELAÇÃO COM USO DAS TERRAS: CASO DA BACIA DO RIO PARAIBUNA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
João Cesar de Resende	
Letícia D'Agosto Miguel Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.18618211214	
CAPÍTULO 15	182
LAGOS ARTIFICIAIS E POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO CLIMA LOCAL E NO CLIMA URBANO: ESTUDO EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP)	
Marcos Barros de Souza	
Zilda de Fátima Mariano	
Emerson Galvani	
DOI 10.22533/at.ed.18618211215	
CAPÍTULO 16	190
PRODUÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A AGROECOLOGIA E ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS	
Adilson Tadeu Basquerote Silva	
Eduardo Pimentel Menezes	
Rosemy Da Silva Nascimento	
Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.18618211216	
CAPÍTULO 17	204
PRÁTICAS DO COTIDIANO NAS ÁGUAS DE FRONTEIRA: PESCA, CONTRABANDO E COMIDA	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.18618211217	
CAPÍTULO 18	221
A ATUAÇÃO DOS VENTOS EM PALMAS, TO	
Liliane Flávia Guimarães da Silva	
Lucas Barbosa e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18618211218	
CAPÍTULO 19	233
ANÁLISE DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
Camila de Moraes Gomes Tavares	
Ricardo Guimarães Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.18618211219	

CAPÍTULO 20	243
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ	
Irenildo Costa da Silva	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
Roni Mayer Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.18618211220	
CAPÍTULO 21	257
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDICADOR DE QUALIDADE DE TEMPERATURA (iqT) E APLICAÇÃO EM CIDADES PARANAENSES	
Máriam Trierveiler Pereira	
Geórgia Pellegrina	
Odacir Antonio Zanatta	
Marcelino Luiz Gimenes	
Creir da Silva	
Shigetoshi Sugahara	
DOI 10.22533/at.ed.18618211221	
CAPÍTULO 22	269
ANÁLISE METODOLÓGICA E INTERPRETATIVA DE MAPEAMENTO DO RELEVO DE PELOTAS/RS	
Anderson Rodrigo Estevam da Silva	
Moisés Ortemar Rehbein	
DOI 10.22533/at.ed.18618211222	
CAPÍTULO 23	283
BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL	
Gleydson Pinheiro Albano	
DOI 10.22533/at.ed.18618211223	
CAPÍTULO 24	296
CRÉDITO RURAL COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR)	
Rosecleia Burei Presa	
Pedro Ivan Christoffoli	
DOI 10.22533/at.ed.18618211224	
CAPÍTULO 25	312
GEOTECNOLOGIAS: TÉCNICAS E APLICAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
DOI 10.22533/at.ed.18618211225	
CAPÍTULO 26	320
ANÁLISES HÍDRICA PARA ALGUMAS CULTURAS NA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÁ – GO	
Luiz Carlos Benicio de Brito	
Diego Simões Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.18618211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	327

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO*

Maya Manzi

pesquisadora no Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) / Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP).

* Uma primeira versão desse artigo foi apresentada no Espaço de Diálogo e Práticas (EDPs) Eixo 1 “Estado, Capital e Políticas Públicas no Campo”, no II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: entre a teoria e a prática, articulações e resistências, realizado no Instituto de Geociência da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador (BA), no período de 3 a 5 de julho de 2017, com posterior publicação no site do evento.

RESUMO: Este artigo explora a formação de subjetividades no contexto do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no semiárido baiano. A presente discussão é decorrente dos resultados da minha pesquisa de doutorado sobre o envolvimento de movimentos sociais agrários na produção de matéria-prima para o agrodiesel. Os resultados sugerem que a formação de territórios do agrodiesel no semiárido baiano foi possível através da produção de subjetividades subalternas com atributos necessários para a (re)produção desse novo capital energético. Essas subjetividades

foram forjadas através de um processo de (des)valorização de certos sujeitos, naturezas, culturas e territórios agrários. Sua formação implicou em um processo de inclusão/exclusão legitimado por uma economia moral baseada no valor da fidelidade. A “infidelidade” atribuída aos agricultores que não se conformam ao modelo proposto revela-se como prática de resistência a um modo de produção hegemônico. Finalmente, a economia moral do agrodiesel no semiárido baiano tensiona questões de segurança e de soberania entre incluídos e excluídos e entre o regional e o nacional. As novas subjetividades subalternas constituídas no âmbito do PNPB reproduzem, mas também confrontam, relações de dominação e de exploração historicamente sedimentadas. É em torno da complexidade desses “territórios morais” que se pretende refletir.

PALAVRAS-CHAVE: agrodiesel, subjetividade, movimento social, território moral, semiárido baiano.

ABSTRACT: This article explores the making of subjectivity under the National Programme for the Production and Use of Biodiesel (PNPB) in semi-arid Bahia. The present discussion draws from my doctoral research on the participation of agrarian social movements in the production of raw material for agrodiesel. The results suggest that the making of agrodiesel territories in semi-

arid Bahia was made possible through the production of subaltern subjectivities with attributes necessary for the (re)production of this novel energy-based capital. These subjectivities were shaped through a process of (de)valorization of certain subjects, natures, cultures and agrarian territories. Their formation involved a process of inclusion/exclusion legitimated by a moral economy based on the value of loyalty. The disloyalty attributed to farmers that do not comply with the proposed model is seen as a form of resistance against a hegemonic mode of production. Finally, the moral economy of agrodiesel in semi-arid Bahia raises questions of security and sovereignty between included and excluded and between the regional and the national. The subaltern subjectivities constituted under the PNPB reproduce, but also confront, relations of domination and exploitation historically sedimented. It is upon the complexity of these “moral territories” that we seek to reflect.

KEYWORDS: agrodiesel, subjectivity, social movement, moral territories, semi-arid Bahia.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo examina as novas subjetividades agrárias constituídas no processo de formação de territórios de agrodiesel no semiárido baiano, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O objetivo é mostrar como a produção simbólica de subjetividades subalternas sustentou a territorialização do agrodiesel e como a dimensão moral teve um papel fundamental neste processo. A “formação de territórios” é entendida como resultado de práticas materiais e simbólicas, como processo de constituição do Estado (‘territorialização’), mas também como resultado de disputas ou negociações entre vários grupos sociais para o controle da organização e do uso do espaço (‘territorialidade’) (HAESBAERT, 2007).

O artigo examina práticas simbólicas de (des)valorização de certos sujeitos, naturezas e espaços que levam à conformação de novas subjetividades agrárias no âmbito do PNPB. Verifica como a identidade do sujeito legitimador do programa – o agricultor familiar nordestino – é articulada com noções de “cultura” e “natureza” que aprofundam e naturalizam a sua condição de subalterno. Essas representações criam fronteiras entre os incluídos e os excluídos deste novo mercado, delineadas por critérios econômicos e morais. Os resultados sugerem que estas subjetividades, calcadas na lógica empresarial neoliberal, reproduzem relações de dominação e exploração sustentadas por uma economia moral centrada no valor da *fidelidade*. A não subordinação moral dos camponeses “infiéis” revela, por outro lado, uma estratégia de resistência contra a tentativa do Estado, e das companhias envolvidas no programa, de controlar e disciplinar os agricultores familiares do semiárido baiano. Finalmente, as práticas simbólicas e as relações de subordinação e de resistência que acompanham a formação de territórios de agrodiesel ressaltam as tensões e os dilemas que existem entre os movimentos sociais agrários e o Estado brasileiro na luta pela segurança e

pela soberania alimentar e energética.

Esta pesquisa se insere na literatura crítica que examina as economias, ecologias e geografias políticas do agrocombustível, particularmente no que diz respeito às configurações e contestações territoriais e identitárias que as acompanham (SILVA, 2008; FERNANDES et al., 2010). O artigo se inspira particularmente nos trabalhos que analisam o papel (re)produtivo de certas ordens e práticas morais na formação de sujeitos, naturezas e espaços agrários (ex. NEUMANN, 2004; WOLFORD, 2005). Finalmente, busca contribuir para a literatura sobre a luta pela terra na América Latina e a relação entre movimentos sociais e Estado nos conflitos territoriais agrários (OLIVEIRA, 2001; GERMANI, 2010). As discussões desenvolvidas neste artigo são decorrentes dos resultados da minha pesquisa de doutorado, realizada através de entrevistas (n=74) com agricultores e lideranças de movimentos sociais, representantes da Petrobrás e outros agentes do PNPB nos municípios de Irecê e Itaetê, e em Salvador, entre 2010 e 2012. O escopo do presente artigo não permite desenvolver os argumentos com o devido nível de aprofundamento e com as vozes dos agricultores e representantes dos movimentos sociais. Para isto, remeto à tese completa (MANZI, 2013).

2 | OBJETIVOS, AGENTES E FUNCIONAMENTO DO PNPB

O PNPB foi implementado em 2004, no contexto de uma crescente instabilidade e subida do preço do petróleo, que alcançou uma taxa de crescimento de 125% no preço médio de importação entre 2000 e 2006, e de uma alta dependência energética do Brasil, com importações representando 47% da matriz energética nacional (ACCARINI, 2006). Apresentou-se como modelo alternativo de produção de agrocombustível capaz de responder às preocupações sociais e ambientais dos movimentos sociais e da comunidade internacional, tendo como principais objetivos: (1) promover a inclusão social do agricultor familiar através da geração de emprego e renda a partir do seu progressivo envolvimento na cadeia de produção do agrodiesel; (2) reduzir as disparidades regionais; (3) contribuir para a soberania energética nacional com a redução da dependência sobre a importação de petróleo; e (4) fortalecer um componente de energia renovável na matriz energética brasileira, reduzindo a emissão de poluentes e os problemas de saúde decorrentes dela. Ou seja, o PNPB prometia benefícios sociais, econômicos, ambientais, estratégicos e até geopolíticos (Ibid.). Em termos quantitativos, o programa visava obter 30% da produção de matéria-prima dos agricultores familiares e 70% do agronegócio; empregar 30.000 agricultores familiares na região do Nordeste e criar um total de 150.000 empregos diretos no país (BARTELÓ, 2004).

Para alcançar os objetivos de inclusão social e de redução da disparidade regional, o programa estabeleceu um sistema de redução ou isenção fiscal através de um “Selo Combustível Social” (SCS) concedido pelo Ministério de Desenvolvimento

Agrário (MDA) para as companhias que conseguissem: (1) estabelecer contratos com agricultores familiares (com termos de entrega e preço de venda pré-definidos) por meio de uma entidade representativa (ex. sindicato, associação, movimento social) e providenciar assistência técnica gratuita; (2) capacitar os agricultores familiares para a produção de oleaginosas compatíveis com a segurança alimentar e com as práticas locais, de modo a garantir a sua integração sustentável dentro da cadeia produtiva do agrodiesel; (3) adquirir uma proporção de matéria-prima dos agricultores familiares provenientes das regiões mais vulneráveis do Norte, Nordeste e semiárido; e (4) apenas adquiri-la dentro de áreas de zoneamento que receberam recomendações técnicas de instituições públicas competentes (MDA, 2011).

O Estado, enquanto principal agente no âmbito do PNPB, deveria atuar de forma direta ou indireta, em todas as fases da cadeia produtiva de agrodiesel, através de uma variedade de instituições representativas e parcerias. A nível federal, o principal agente era o MDA, que tinha o papel de estimular a produção de agrodiesel e promover a participação dos agricultores familiares. O MDA desenvolveu numerosas estratégias para fortalecer a produção de agrodiesel através da agricultura familiar por meio de créditos (ex. PRONAF), zoneamento, assistência técnica e extensão rural (ATER), e através dos benefícios fiscais para as indústrias produtoras de agrodiesel. Outro poderoso ator na cadeia produtiva do agrodiesel eram as empresas de produção, que totalizavam 56 unidades através do país até o fim de 2010, das quais 60% possuíam o SCS (MDA, 2011). Na Bahia, a Petrobrás tornou-se em 2009 a principal companhia de agrodiesel com SCS e teve um papel preponderante no desenvolvimento do programa, particularmente com a inauguração da usina de Candeias em 2008, a maior unidade da empresa, com capacidade de 217,2 milhões de litros/ano de agrodiesel. A Petrobrás criou a subsidiária “Petrobrás Biocombustível”, presente em todas as regiões do Brasil, com a missão de “atender à crescente demanda mundial por biodiesel e etanol, atuando com responsabilidade social e ambiental e apoiando a geração de emprego e renda no campo brasileiro” (PETROBRÁS, 2009, p. 6).

Para facilitar o acesso ao agricultor familiar e a relação com ele, o PNPB previa realizar contratos através de organizações representativas deste grupo social, tais como os movimentos sociais, as associações e os sindicatos. A ideia era operacionalizar a produção da matéria-prima através de cooperativas pertencentes a estas entidades ou criar novas, caso as entidades não as possuíssem. Estas cooperativas tinham o papel de mediadoras entre as companhias produtoras de agrodiesel e os agricultores familiares, fornecedores de matéria-prima. No âmbito do programa, o papel das cooperativas consistia em: estabelecer contato com os agricultores familiares para firmar os contratos de produção; fornecer sementes de oleaginosas certificadas e assistência técnica gratuita através de todo o período de produção; avaliar e relatar sobre a qualidade e a evolução da unidade familiar de produção em cada estágio; e comprar a produção de cada família contratada, no local mesmo da produção, com preços previamente negociados, com a garantia de serem maiores ou pelo menos

iguais aos preços do mercado. Em contrapartida, os produtores familiares tinham o compromisso de vender toda a sua produção de oleaginosas para a cooperativa.

3 | A INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR DO SEMIÁRIDO BAIANO

O agricultor familiar do semiárido baiano constituiu-se como o produtor emblemático do programa nacional de agrodiesel, já que possuía todos os critérios que permitiam às grandes multinacionais envolvidas na produção do combustível obter o SCS e se beneficiarem do nível máximo de isenção fiscal. O sertanejo baiano se inseriu perfeitamente no discurso de responsabilidade corporativa social e ambiental forjado para promover o programa, por se adequar a quatro critérios principais: (1) ser agricultor familiar; (2) ser representante de um grupo social e de uma região historicamente excluída da produção industrial nacional; (3) ser envolvido na produção de oleaginosas não comestíveis, que não competem com a produção de alimentos; e (4) ter adesão a um movimento social, associação ou sindicato que facilitaria a sua inclusão dentro da cadeia de agrodiesel através das suas cooperativas.

O conceito de “agricultura familiar” foi central para a promoção e legitimação do programa de agrodiesel. No âmbito institucional, o conceito foi formalizado através da Lei nºs, ricultor. ° 11.326/2006, que a define como uma forma de autogestão, onde a própria família é ao mesmo tempo proprietária e gestora dos meios de produção, além de constituir também a sua principal mão de obra (BRASIL, 2006). Assim, ela se diferencia da forma patronal de agricultura, caracterizada pela separação entre gestão e trabalho, onde o “patrão”, proprietário da terra, utiliza trabalhadores contratados fixos ou temporários para realizar suas atividades econômicas. A agricultura patronal foi predominante na história agrária brasileira e é considerada como uma das principais fontes de desigualdades sociais que ainda hoje estruturam o país. A agricultura familiar tem uma presença marcante na região do Nordeste do Brasil, representando em torno de 50% do total de estabelecimentos deste tipo no país. A Bahia é o estado do Brasil que possui o maior número de agricultores familiares, com um total de aproximadamente 665 mil estabelecimentos. A região semiárida, que ocupa por volta de 70% do território baiano e representa cerca da metade da sua população, concentra grande parte deles (IBGE, 2006).

Além de representar o berço da agricultura familiar, a região do semiárido baiano também tem sido alvo do PNPB por ser uma região “subdesenvolvida” e historicamente excluída do processo de industrialização nacional. Portanto, a inclusão dessa região na cadeia produtiva do agrodiesel contribuiria para reduzir as disparidades regionais. Ela foi representada nos discursos do Estado como região com mão de obra “subutilizada” e terra “ociosa”. Segundo o argumento, a região, de modo geral, não possuía as condições ideais para o cultivo de alimentos devido às frequentes secas que prejudicam as safras. Estes discursos serviram de argumento tanto para a

necessidade de desenvolver a região, quanto para amenizar a percepção de ameaças que a produção de agrodiesel representava para a segurança alimentar.

A divulgação do PNPB na Bahia também se fez através de uma grande campanha de promoção da mamona (*Ricinus communis L.*), uma oleaginosa que oferecia perspectivas muito promissoras para a produção de agrodiesel. Como tal, ela tornou-se mais um símbolo da responsabilidade corporativa social e ambiental do PNPB. Sendo uma planta não comestível e resiliente ao clima inóspito do semiárido baiano, ela complementar, em vez de competir com a produção de alimentos. Trazida da África pelos escravos, a mamona tem sido cultivada na Bahia desde a época colonial. Apesar de ter sido comercializada há várias décadas para suprir a indústria ricinoquímica, o agricultor baiano, principal produtor nacional, continuou cultivando-a em sistemas agroecológicos tradicionais, em consórcio com outros alimentos como o feijão e o milho. Assim, sua integração na cadeia de agrodiesel respeitaria a cultura e as práticas locais, além de atender aos objetivos de sustentabilidade e de segurança alimentar.

A mamona no semiárido baiano tem tido uma função social importante para aliviar os efeitos devastadores das secas sobre as produções dos agricultores familiares. Seu papel de complementação de renda é particularmente importante nos assentamentos dos movimentos sociais que lutam pela terra, como o MST-BA (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Teto da Bahia). Para os agricultores e líderes deste movimento, a proposta de participar do PNPB e tornar-se parceiro da Petrobrás parecia trazer mais benefícios do que desvantagens, apesar dos dilemas e das tensões que isto criou dentro do movimento.

4 | A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS

A análise de discursos de representantes do Estado e de companhias envolvidas no PNPB revelou uma representação do agricultor familiar como mão de obra “subutilizada”, “ociosa” e “improdutiva”. A região do Sertão baiano da qual é associada sua identidade camponesa também foi representada de forma semelhante, como território “subutilizado”, “empobrecido” pelo clima, que o torna “pouco produtivo”. A mamona, o produto emblemático dessa região, também possui características que têm sido historicamente associadas a quem a produz. Ela é comumente denominada a “planta dos pobres”, ainda ocorrendo de forma “selvagem”, cultivada de maneira “primitiva” e “desorganizada” com meios rudimentares, o que a torna “pouco rentável”. A desvalorização do agricultor familiar nordestino também operou-se através de comparações com a cultura do Sul do Brasil. Da mesma forma como o nordestino tem sido historicamente marginalizado em relação ao brasileiro do Sul, as dificuldades enfrentadas na implementação e operacionalização do PNPB foram frequentemente atribuídas à “cultura nordestina”, em contraposição à cultura agrária mais nobre, moderna e desenvolvida do Sul do Brasil.

Essas adjetivações depreciativas atribuídas, de forma intercambiável, a tudo o

que representa o “camponês nordestino baiano” - seja enquanto sujeito, natureza, cultura ou região geográfica – contribuíram para perpetuar e naturalizar a sua condição de subalterno. Autores feministas e pós-coloniais como Haraway e Spivak têm discutido como a representação simbólica de certos sujeitos, através de oposições e equivalências, tem um papel fundamental na reprodução de relações de subordinação e dominação. Por exemplo, a identidade do camponês foi historicamente criada em oposição à identidade do cidadão. A díade rural/urbano ou campo/cidade é associada a outras dicotomias, como natureza/cultura, pobre/rico, selvagem/moderno, reprodutivo/produtivo, cuja comparação cria subjetividades hierarquizadas, sendo o lado esquerdo dessas oposições a subalterna e o lado direito, a dominante.

No caso do PNPB, essa desvalorização do agricultor familiar nordestino foi fundamental para justificar a necessidade de transformá-lo em um produtor “moderno”, “organizado” e “eficiente”. De maneira geral, os discursos de agentes do PNPB estavam impregnados de valores neoliberais que colocavam a produtividade e a competitividade acima de tudo. Até as cooperativas que atuavam de forma central na mediação entre o agricultor e as companhias de agrodiesel foram conceituadas ou ressignificadas em termos empresariais, distanciando-se cada vez mais dos seus princípios sociais e autogestionários. Assim, o PNPB produziu um discurso que contribuiu para a (re) produção de uma identidade camponesa nordestina associada à ideia de natureza, de atraso, de improdutividade, e posta em oposição a um novo modelo de agricultor familiar que incorporava o valor moral hegemônico de progresso e desenvolvimento que constituía o foco do projeto nacional naquele momento.

Um valor moral que se tornou instrumento simbólico central para a constituição dessas novas subjetividades foi a fidelidade. Além da sua importância histórica dentro de diversas instituições societárias como a família, grupos religiosos e outras organizações sociais, ela opera hoje como parte integral do pacote valorativo que sustenta o capitalismo neoliberal. Devido à crescente competitividade e instabilidade do mercado, a fidelidade e exclusividade dos clientes e o “cumprimento dos contratos” são elementos fundamentais para as regras do jogo, embora normalmente em benefício dos setores hegemônicos. No caso do PNPB, o conceito de fidelidade tem sido atrelado aos princípios cooperativistas, segundo os quais os membros de uma cooperativa, por receberem tratamento especial da sua entidade (ex. preços melhores, serviços extras), devem, em retorno, realizar suas compras e/ou vendas prioritariamente dentro do âmbito da cooperativa. Assim, nos contratos estabelecidos entre as companhias de agrodiesel e as cooperativas de movimentos sociais, era pactuado que estas iriam comprar os produtos do agricultor familiar a um preço melhor ou igual ao do mercado. Em retorno, o agricultor devia mostrar fidelidade, cumprindo com a promessa de vender seus produtos (no caso, a mamona), exclusivamente para suas cooperativas e não para os atravessadores, com os quais ele tem comercializado historicamente. Devido ao poder de oligopólio desses comerciantes intermediários, eles têm frequentemente manipulado os preços em seu interesse, forçando o agricultor a vender seus produtos

a preços irrisórios, por não ter outra alternativa.

Porém, no decorrer da pesquisa, os preços do mercado ultrapassaram de maneira significativa os preços que tinham sido negociados previamente nos contratos com a Petrobrás e a companhia não cumpriu com a sua promessa de comprar os produtos do agricultor familiar a preço de mercado. Outros problemas, como o atraso do pagamento das vendas pela companhia, foram relatados pelos agricultores e pelos representantes das cooperativas. Conseqüentemente, o agricultor familiar se viu no direito de vender seus produtos para o atravessador que lhe oferecia melhores preços. Estes conflitos, contudo, foram relatados pelos agentes do PNPB como um problema de “infidelidade” dos agricultores para com suas cooperativas. A “falta de fidelidade” do camponês do semiárido baiano foi associada a outras características “culturais”, como o individualismo e a falta de compromisso. Estes atributos eram frequentemente colocados em contraposição às formas mais solidárias e desenvolvidas de organização do agricultor sulista. Esta qualificação moral adquiriu um papel central no âmbito do PNPB, tornando-se parâmetro de inclusão social. Começou a traçar-se uma diferenciação entre agricultores “fieis” e “infiéis” e práticas de exclusão se estabeleceram com base na fidelidade. Os agricultores que não vendiam seus produtos para suas cooperativas, no ano seguinte não eram mais admissíveis ao programa.

De modo geral, os agricultores que manifestaram mais fidelidade às suas cooperativas foram os afiliados ao MST e, dentre esses, os que mais eram comprometidos com o movimento. Inversamente, os agricultores que mais contestaram as práticas injustas da Petrobrás, rompendo os contratos estabelecidos previamente com ela através das suas cooperativas, foram os não-afiliados ou menos engajados com o movimento. Os membros do MST que continuaram engajados no PNPB foram conduzidos a usar práticas agrícolas contrárias aos princípios do movimento. Por exemplo, o objetivo de integração das oleaginosas dentro do sistema agroecológico tradicional foi progressivamente substituído em favor de objetivos de produtividade e de competitividade mercadológicas típicos do agronegócio, sob o argumento da falta de rentabilidade da mamona. Isto obrigou os agricultores a instituir práticas de cultivo cada vez mais intensivas e mecanizadas, levando à progressiva priorização da monocultura. Por exemplo, os agricultores foram pressionados pelos agentes do PNPB a usarem sementes “certificadas” (geneticamente modificadas e estéreis), em vez dos “grãos” nativos, considerados improdutivos e de baixa qualidade.

Em consequência, criou-se uma nova divisão entre os agricultores “incluídos” no programa e os novos excluídos, representados como sujeitos “imorais”. Além da dimensão moral, a exclusão de certos agricultores também teve uma forte dimensão de classe, já que os que não podiam se comprometer com a venda de safras suficientemente grandes, por falta de terra ou de recursos econômicos, também não eram admissíveis ao programa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas subjetividades subalternas criadas no âmbito do PNPB jogaram um papel importante na formação de territórios de agrodiesel. Criou-se um novo sujeito subalterno que possuía os atributos necessários para integrar-se ao mercado neoliberal (fidelidade, produtividade, organização em cooperativas empresariais etc.). Este subalterno “incluído” era fundamental para o bom funcionamento do mercado, já que cumpria os importantes papéis de provedor de matéria-prima barata, de legitimador do programa e de representante do “progresso” brasileiro.

Criou-se também um sujeito subalterno “excluído”, classificado como moral e economicamente inapto para integrar o mercado, sendo ele representado com atributos como “improdutivo”, “desleal”, “desorganizado” etc. Este último também contribuiu para a sustentação do novo mercado de agrodiesel. Sendo excluído dele, constituiu-se como parte de um “exército de reserva de trabalho”, cuja existência permite a continuada exploração do camponês “semi-proletarizado”, que se submete às regras do jogo, mesmo sendo injustas, já que sempre haverá outros para substituí-lo caso ele não se conforme. No Brasil, essa reserva de trabalhadores não-proletarizados tem sido historicamente ocupada pelos escravizados libertos que foram excluídos do mercado formal, mas continuaram sobrevivendo e resistindo através da informalidade (OLIVEIRA, 2012). Jogou também um papel moral fundamental que ajudou a fortalecer o controle do Estado sobre o agricultor familiar nordestino e seu território. Ou seja, o PNPB produziu duas subjetividades subalternas dicotômicas (imoral/moral, improdutivo/produtivo, selvagem/domesticado etc.) que contribuíram para a manutenção de relações de dominação e de exploração do agricultor familiar por representantes do poder hegemônico.

Assim, a inclusão social deste sujeito dentro da cadeia de agrodiesel perpetua uma condição de subalternidade do camponês nada diferente daquela que ele cumpriu historicamente: a de fornecedor de matéria-prima barata que o mantém numa condição de dependência e permite a reprodução do capital em termos de relação “centro-periferia”. A inclusão social também serviu de legitimação ao programa do Estado e desviou a atenção dos movimentos sociais sobre o agronegócio, prejudicando seu importante papel contestatório. Os resultados também mostraram que o PNPB é mais um exemplo de “desenvolvimento sustentável” que serve fundamentalmente para a manutenção do *status quo*, favorecendo de maneira altamente desproporcional as grandes multinacionais, o Centro-Sul do país e o agronegócio da soja.

Em nome de uma soberania energética nacional, os agricultores familiares do semiárido baiano e os movimentos sociais que participaram do programa tiveram sua própria autonomia comprometida. Ao contrário do que se preconizava oficialmente no discurso do Estado, o PNPB não contribuiu para a valorização do agricultor familiar enquanto unidade autogestionária. Os contratos de comercialização da sua produção com a Petrobrás restituíram relações fundiárias semelhantes às da agricultura

patronal. Por outro lado, a inserção da Petrobrás no mercado da mamona rompeu, em certos casos, o oligopólio dos atravessadores da indústria ricinoquímica, abrindo novas possibilidades de negociações para os agricultores familiares da região. O programa pode ter conseguido oferecer ao agricultor ou ao movimento uma sensação de segurança a curto prazo. Contudo, os contratos firmados com as companhias, em vários casos, não se mostraram justos nem confiáveis. Além disso, o progressivo abandono dos princípios agroecológicos em prol de uma agricultura cada vez mais inserida na lógica do agronegócio ameaçam a segurança e a soberania alimentar, tanto no âmbito local quanto nacional, descumprindo os objetivos através dos quais o Estado legitimou a territorialização do agrodiesel.

A criação de novas subjetividades de agrodiesel baseadas numa economia moral neoliberal centrada no valor da fidelidade contribuiu para a produção de novas relações agrárias social e ambientalmente questionáveis. A relação entre a Petrobrás e os agricultores familiares via cooperativas reproduziu relações hierárquicas baseadas na exploração ou na exclusão social do camponês nordestino. Isto contribuiu para o aprofundamento e a naturalização da sua condição de subalterno e de marginalizado, além de criar novas divisões e desigualdades entre agricultores e movimentos sociais. A responsabilização do agricultor familiar nordestino pela sua condição de “subdesenvolvido” – seja ela em termos morais, culturais, ambientais ou geográficos – contribuem para velar o principal responsável por essa condição: uma estrutura agrária profundamente desigual.

O envolvimento do MST na produção de agrodiesel não foi unânime dentro do movimento. Muitos assentamentos decidiram não fazer parceria com a Petrobrás ou outras companhias e continuaram se opondo e lutando contra a produção de agrocombustíveis. As contradições e as tensões que a participação do MST no PNPB criou dentro do movimento representaram novas brechas para a emergência de reações e práticas contra-hegemônicas. Enquanto os camponeses “fieis” do MST adquiriram um valor mercadológico como mão de obra “consumida” para a acumulação do capital de agrodiesel, os “infiéis” constituíram-se como negatividade do agrodiesel. Este “Outro constitutivo” também representa uma “multiplicidade de devires” (GIBSON, 2001) potencialmente subversivos.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, J. H. Biodiesel no Brasil: estágio atual e perspectivas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 51-63, 2006.

BARTELÓ, C. Inclusão é desafio do ProBiodiesel. **A Tarde**, Salvador, 26 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/

l11326.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 4, p. 793-819, 2010.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS, 2010, p. 269-304.

GIBSON, K. Regional subjection and becoming. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 19, n. 16, p. 639-667, 2001.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Ano IX, n. 17, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

MANZI, M. **Agrarian Social Movements and the Making of Agrodiesel Moral Territories in Northeast Brazil**. 2013. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia), Clark University, Worcester, 2012.

MBA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <<http://www.ubrabo.com.br/sites/1700/1729/00000503.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

NEUMANN, R. P. Moral and discursive geographies in the war for biodiversity in Africa. **Political Geography**, v. 23, n. 7, p. 813-837, 2004.

OLIVEIRA, F. de. Jeitinho e jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. **Revista Piauí**, São Paulo, ed. 73, out. 2012.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set-dez. 2001.

PETROBRÁS. **Biocombustíveis**. Salvador, jul. 2009. 8 p. (folder).

SILVA, M. A. M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, 2008.

WOLFORD, W. Agrarian moral economies and neoliberalism in Brazil: competing worldviews and the state in the struggle for land. **Environment and Planning A**, v. 37, n. 2, p. 241-261, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-018-6

